

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA?

Edson Mendes da Silva Júnior

RESUMO: Visando analisar como o campo da educação aborda a temática deficiência e sexualidade, bem como apreender como esse conceito vem sendo compreendido nas diversas produções acadêmicas da área, elegeu-se o levantamento bibliográfico como metodologia de investigação. Outrossim, definiu-se o período de 2000 a 2015 como marco temporal. Selecionou-se plataformas digitais, tais como Scielo e Redalyc, como lócus da pesquisa; e utilizou-se diferentes descritores em associação com as palavras deficiência e sexualidade. Após a leitura dos resumos, da introdução e da conclusão dos trabalhos encontrados, elaborou-se categorias analíticas necessárias à análise de 30 pesquisas nas quais a temática em tela é o mote da investigação e do debate. Como resultado, foi possível identificar certa regularidade no que tange: à escolha do referencial teórico; ao aporte metodológico; às ideias e às concepções difundidas; à predileção pela deficiência intelectual como disparadora da discussão; à centralidade do papel da família e da escola no debate acerca da sexualidade das pessoas com deficiência; à defesa de programas de educação ou orientação sexual como ferramenta necessária ao disciplinamento da sexualidade dentro de uma lógica de segurança e de contracepção.

Palavras-chave: deficiência; sexualidade; educação; sujeito; corpo.

Introdução

Nas últimas décadas, pode-se constatar a publicação de um conjunto expressivo de pesquisas designadas estado da arte ou estado do conhecimento que, por excelência, corroboraram o mapeamento e a discussão de produções acadêmicas relativas a diferentes campos do conhecimento (FERREIRA, 2002). Destarte, cabe destacar que as pesquisas de cunho bibliográfico objetivam revelar os aspectos e as dimensões que emergem e ganham destaques em diferentes contextos históricos e culturais. Dito de outra maneira, tais estudos investigam de que “forma e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários” (FERREIRA, 2002, p.257). Sendo assim, conforme aponta Ferreira (2002), o levantamento bibliográfico é uma ferramenta metodológica relevante pois, por meio dele, poder-se-á constituir um campo teórico e identificar contribuições das diversas pesquisas na constituição de uma determinada área de estudo.

Partindo de tal premissa, a pesquisa em tela constitui-se em levantamento preliminar das produções do campo da educação que se dedicam ao debate da temática deficiência e sexualidade. Para tanto, definiu-se o período de 2000 a 2015 como marco temporal. Selecionou-se plataformas digitais – tais como Scielo; Redalyc e Repositório de Dissertações e Teses da CAPES – como lócus da pesquisa; e utilizou-se diferentes descritores em associação com as palavras deficiência e sexualidade.

Dentre os trabalhos localizados, foram selecionados, em um primeiro momento, 73 produções acadêmicas. Após a leitura dos resumos, da introdução, da conclusão e de alguns textos na íntegra, foram selecionadas 30 pesquisas nas quais a temática em tela era o mote da investigação e do debate. Desse modo, entendendo que a sexualidade se constitui por meio de processo histórico e cultural que, ao permear todas as dimensões da vida de um sujeito, localiza-o em uma lógica social que ordena os corpos dentro de certo padrão de normalidade; e a deficiência como “conceito em evolução”, resultante da “interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente” (BRASIL, 2008, p. 140), o objetivo dessa pesquisa é analisar como o campo da educação aborda a temática deficiência e sexualidade, bem como apreender como esse conceito vem sendo compreendido nas diversas produções acadêmicas da área.

Sexualidade e deficiência no campo da pesquisa

Visando problematizar como a temática sexualidade e deficiência se inserem no campo acadêmico, alguns autores desenvolveram, por meio de revisão bibliográfica, investigações nas quais foi possível discutir o referido tema sob a luz da literatura especializada e de alguns relatos de pesquisa, bem como da análise de projeto de orientação sexual. Assim, ao dissertar sobre a temática sexualidade, Lebedeff (2010) analisa três pesquisas que tiveram como enfoque a deficiência auditiva. Segundo a autora (2010), o objetivo do trabalho foi problematizar a sexualidade da pessoa surda tendo por sustentáculo a “concepção de surdez enquanto diferença, e não deficiência”. Partindo dessa premissa, Lebedeff (2010) defende que o sujeito surdo pertence a uma “minoridade linguística e cultural”, portanto, é merecedor de um “espaço educacional” no qual suas diferenças sejam respeitadas e àqueles ofertadas condições para compreenderem “um mundo que é, também, sexualizado”. No mesmo sentido, a autora reitera que a escola e a família negam aos sujeitos surdos o direito de experienciarem a “sua sexualidade de maneira mais prazerosa”. A deficiência pressupõe a sexualidade: “se o indivíduo é desviante, sua sexualidade, conseqüentemente também o é” (Lebedeff, 2010, p.14).

É relevante salientar que, conquanto assume que a sexualidade deva ser percebida como algo consciente e prazeroso – afastando-se de uma perspectiva biologizante e genital, Lebedeff (2010), ao afirmar que a escola tem que problematizar com seus alunos o “o que pode ser feito, o que dá prazer, o que é bonito” em termos de sexualidade, reforça aquele discurso que tenta sobrepujar. Em linhas mais gerais, a sexualidade, sob tal prisma, ganha

contornos que a localiza na relação dicotômica entre o puro e o impuro; o certo e o errado. A sexualidade é compreendida, portanto, como algo que pode ser ensinado ou moldado de acordo com a prerrogativa de cada instituição (escola, família etc.). Do sujeito, por sua vez, é alijada a capacidade de perceber-se como um ser pleno; sua individualidade é submetida a métodos de controle e à “domesticação”.

Congruente a argumentação de Lebedeff (2010), Moura e Cavalcanti (2010) evidenciaram a escassez de trabalhos nos quais haja discussão sobre a temática sexualidade e deficiência intelectual. Todavia, os artigos estudados demonstraram que a “sexualidade não deve ser recriminada, mas ser vista como algo natural” e que boa parte dos pais e professores encontra-se despreparada para lidar com o tema em tela, pois encaram com a sexualidade de maneira ambivalente – negligenciando a sua existência ou repreendendo-a de forma física e verbal.

A partir dos aspectos apresentados por aquelas produções, Moura e Cavalcanti (2010) justificam a importância da educação sexual no contexto familiar e escolar, concebendo-a como um “processo paulatino” e concernente à “vida de todo ser humano”, seja na infância ou na velhice. Salientam, também, que a manifestação da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual se limita, eventualmente, à masturbação e que a sua “conduta sexual” é “variável”, porém condicionada ao seu “comprometimento psicológico” e à “estrutura social”. Nessa perspectiva assumem que, “quando bem encaminhada e orientada”, a sexualidade melhora a “adequação” do deficiente intelectual à sociedade”, diminuído, assim, os estereótipos e mitos que impedem que aqueles sujeitos a vivenciem de maneira mais prazerosa.

Santos e Osório (2010), ao estudarem relatórios de pesquisas que versavam sobre o tema sexualidade e deficiência, buscaram demonstrar a relação intrínseca entre a produção do saber e as práticas cotidianas que se constituem no meio social. Para Santos e Osório (2010), tal associação evidencia que as concepções de sexualidade e de deficiência mental ainda são instituídas por meio do “viés biologista” que, por sua vez, está condicionado à pressuposição de que uma orientação ou educação sexual seria o “antídoto para o problema das manifestações de sexualidade” daqueles sujeitos.

A despeito do que foi dito, Santos e Osório (2010) reiteram a necessidade de se lançar um olhar crítico sob as produções acadêmicas que, ao veicularem verdades acerca da sexualidade das pessoas com deficiência, reforçam o controle sobre seus corpos e reproduzem discursos sobre “uma sexualidade diferenciada”, anormal e patológica. Defendem que o sujeito e a sexualidade são “produções historicamente elaboradas” e que as instituições são

dispositivos disciplinadores e normatizadores desse sujeito, pois atuam por meio de um poder que determina o “acesso e a intervenção à vivência da sexualidade” dos indivíduos com deficiência mental.

Ao relatar sua vivência em atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, Ferreira (2009) se propõe a apresentar ideias que auxiliem pais, cuidadores, educadores e profissionais da saúde a lidarem com as necessidades e possibilidades afetivo-sexuais de pessoas com deficiência mental. Para a autora, a sexualidade é representada de maneira exagerada ou simplificada por meio de mitos e tabus que pululam o imaginário das pessoas e se concretizam na prática social cotidiana. Afirmar Ferreira (2009) que, conquanto a sexualidade seja um “componente universal da existência humana” e manifestá-la seja salutar ao “equilíbrio biopsicossocial” de cada sujeito, esta continua sendo “mantida sob o controle” de concepções e “repressões sociais” que tolhem às pessoas com deficiência a possibilidade de expressá-la.

Buscando compreender as concepções da família e da escola a respeito da sexualidade da pessoa com deficiência mental, Santos (2007) analisa alguns trabalhos acadêmicos, bem como um projeto de orientação sexual desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Assim sendo, por meio dos pressupostos foucaultianos como, por exemplo, produção histórica dos saberes, veiculação de verdades pelos discursos, vinculação de produção de verdade e sustentação de poder, dispositivo de sexualidade, disciplinarização dos corpos e a normalização dos sujeitos, a autora (2007) argumenta que os discursos são espaços que, frequentemente, permitem-nos criar novos discursos e novas práticas educativas sobre nós mesmos e sobre os outros.

Sustenta, ainda, que é necessário pensar a sexualidade em um âmbito maior e não apenas individual, pois a mesma é construída na convivência mútua entre o indivíduo com sua sexualidade e o outro com sua sexualidade. Isto é, a sexualidade não é apenas um elemento natural do nosso ser, mas um elemento que perpassa constantemente as relações de saber e poder.

De acordo com aquela análise, a institucionalização dos saberes sobre a sexualidade – poder de fala sobre; a racionalização da sexualidade e a criação de uma linguagem – o “não falar sobre”; e os discursos estratégicos de dominação são percebidos nos trabalhos e no projeto averiguados como elementos que engessam a percepção da sexualidade com algo “normal”. Santos (2007) observa que o paradigma, que circunscreve o imaginário social sobre a pessoa com deficiência, situa-a entre o risco da hipersexualidade ao mesmo tempo em que a concebe como assexuada.

Santos (2007) acrescenta, também, que, nos textos analisados, os autores assumem a sexualidade como sinônimo de ato sexual, relacionando-a, frequentemente, a aspectos biológicos e à funcionalidade do corpo. Em relação à deficiência mental, a autora ressalta que predominou o discurso de uma sexualidade anormal e patológica, reforçada pela ideia de que a sexualidade da pessoa com deficiência é um erro a ser corrigido. Além disso, Santos (2007) ressalta que naqueles trabalhos a orientação sexual é apresentada como um mecanismo de ajuste (adaptação) do sujeito com deficiência mental à sociedade. Há uma obrigação do sujeito adaptar-se a normas e regras sociais, e não o contrário.

Partindo da aceção de Foucault sobre a sexualidade como um dispositivo de controle dentro de uma rede de poderes, Santos (2007) defende que as instituições, de um modo em geral, são órgãos disciplinadores e normalizantes e que os trabalhos analisados são veículos pelos quais as crenças e os discursos sociais (estereotipados e preconceituosos) são, muitas vezes, ideados como verdades absolutas, não apenas sobre a sexualidade no geral, mas sobre a pessoa com deficiência.

Em sua análise, por sua vez, Denari (2002) destaca que a sexualidade não se trata “apenas de aspectos biológicos ou genitais”, mas também se refere a aspectos relevantes e salutarés à compreensão da pessoa “em todas as suas dimensões” ou em sua multiplicidade. A sexualidade pressupõe, portanto, “formas de sentir, pensar e agir”, ou seja, está imbricada na relação dialética estabelecida entre o eu e o outro, onde o jogo de tramas e significados imprimem à realidade subjetiva os traços “típicos das condutas humanas” (DENARI, 2002, p.1-10). Dito isso, por meio da bibliográfica utilizada, Denari (2002) defende que o mito, que vincula ambos os conceitos – deficiência e sexualidade – às “naturezas patológicas e problemáticas” da pessoa com deficiência, está estritamente enraizado nas concepções de “familiares, de profissionais e da sociedade em geral”. Para a autora, a manifestação da sexualidade das pessoas com deficiência mental é concebida, ainda, como um entrave a ser solucionado. Assim, o sexo assume “conotações pejorativas”, mantendo viva a “crença na infantilização de sentimentos e atitudes” da pessoa com deficiência; igualmente, “o sexo continua sendo visto como algo sujo, pecaminoso” (DENARI, 2002, p.11).

Quanto aos estereótipos que circundam e dão contornos à vida das pessoas com deficiência, a autora põe em destaque que os mitos, que delimitam as possibilidades daqueles sujeitos vivenciarem de “maneira saudável” a sua sexualidade, residem na compreensão equivocada de que o sujeito com deficiência é “um ser incompleto e desviante”, situando-se entre “anjo ou fera”; “ser demoníaco ou uma eterna criança”. Nega-se, portanto, afirma

Denari (2002), “não somente a sexualidade, mas a sua expressão” (DENARI, 2002, p.11) – ora reprimida, ora controlada “medicamentosamente”.

Em texto, Maia e Ribeiro (2010) propõem a desconstrução de algumas ideias propagadas sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. Segundo as autoras, tais ideias pululam o imaginário dos ditos “normais”, transformando-se em mitos que, ao fim e ao cabo, avigoram a concepção de que as pessoas com deficiência são sujeitos assexuados; hiperssexuados; “indesejáveis” e “incapazes de manter um relacionamento amoroso”; “têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo”; “são estéreis; geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles” (MAIA & RIBEIRO, 2010, p.164-171). Nesse sentido, as autoras afirmam que o preconceito, implícito na forma de compreender a sexualidade de pessoas com deficiência como “desviante”, é constituído por meio dos “padrões definidores de normalidade”, caracterizando-se, por hora, em “um obstáculo para a vida afetiva e sexual plena daqueles que são estigmatizados pela deficiência” (MAIA & RIBEIRO, 2010, p. 172).

Relativamente à sexualidade, Maia e Ribeiro (2010) defendem que esta deve ser concebida em sua amplitude. Isto é, não existem diferenças entre a sexualidade da pessoa com e sem deficiência, pois, independentemente do sujeito, a sexualidade é a expressão do erotismo, do desejo, da construção de gênero, dos sentimentos do amor, das relações afetivas e sexuais. Portanto, no texto, Maia e Ribeiro (2010) argumentam que os mitos justificam a “segregação de pessoas com deficiências na sociedade” e que é necessário refletir, “a partir de uma leitura social e cultural da deficiência e da sexualidade”, sobre “questões do preconceito que se relacionam ao corpo com deficiência” (MAIA e RIBEIRO, 2010, p. 172-173).

Os sentidos que a sexualidade assume em diferentes espaços institucionais

Teixeira (2011) desenvolveu sua pesquisa tendo por base a análise das concepções dos professores de uma escola regular acerca das “incapacidades e desvantagens da vida afetiva e sexual” daqueles alunos. Em suas palavras, a autora salienta que, para aqueles professores, “há distinção” entre a expressão da sexualidade vivenciada pelos alunos com e sem deficiência. Isso significa afirmar que, na concepção dos sujeitos da pesquisa, os alunos com aquela deficiência não possuem “capacidade de discernimento” para entender o que é “permitido e o que é proibido nas questões ligadas à sexualidade” e que suas atitudes são reflexos da influência da mídia, dos colegas e, até mesmo, da “falta de limites” impostos pela família. Disso, denota-se que a sexualidade é percebida como genitalidade ou, no dizer de Teixeira (2011), como “instinto incontrolável que se inicia apenas na puberdade”.

Em consonância com pesquisa de Teixeira (2011), respondendo as demandas dos professores, dos psicólogos e dos pais de alunos de uma escola especial, Pieczkowski (2007) elaborou um projeto de trabalho no qual objetivou, entre os anos de 1999 e 2001, dialogar com aqueles sujeitos sobre questões envolvendo a temática sexualidade e deficiência. Em seu relato, a autora tem como premissa que a “diferença incomoda” e que “o conceito e o uso da norma” são formas de dominação. Defende, portanto, que a “concepção de sexualidade é uma construção cultural” e histórica, que se modifica conforme os “valores e interesses sociais”. Nesse sentido, Pieczkowski (2007) afirma que há certa aflição na abordagem do tema – sexualidade e deficiência – sob o prisma do “permitido, do prazeroso e do humano”. Assim, observa que existe uma predileção pela apreensão da sexualidade como algo relacionado a aspectos puramente biológicos e anatômicos. Constatou, ainda, que a discussão daquela temática é premente para que “todos os envolvidos no processo educacional de pessoas com deficiência mental” compreendam que a “sexualidade é parte integrante da vida e não pode ser negada”. No mesmo sentido, Pieczkowski (2007) diz que é necessário ouvir o que a pessoa com deficiência tem a dizer, bem como é relevante perceber, mesmo que seja um desafio, que aquelas pessoas são sujeitos inteiros, “dotados de afeto, cultura, história e sexualidade”. Isto é, é “preciso olhar a pessoa” com deficiência tendo como base as suas possibilidades e não suas limitações, compreendendo, assim, que sua sexualidade não se restringe à genitália.

Paliarin (2015) assume que trabalhar com a temática sexualidade dentro de instituições de educação especial é um grande desafio. Todavia, em seu estudo, optou pela criação de oficinas dentro da APAE, nas quais elegeu, como sujeitos de estudo, pessoas com deficiência intelectual com faixa etária entre 14 e 26 anos de idade. Nessas oficinas, a autora trabalhou, ludicamente, conceitos como sexualidade, preconceitos, aparelhos reprodutores e métodos contraceptivos. Em linhas gerais, o trabalho desenvolvido resumiu-se à criação de dinâmicas que, grosso modo, identifica aquele estudo a intentos de pesquisas que reforcem a necessidade de implantação de um programa de educação sexual para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, ao eleger a instituição especializada APAE como lócus de pesquisa, coloca em evidência a institucionalização da sexualidade da pessoa com deficiência. Sendo assim, os sujeitos são impelidos a “reconstruírem comportamentos, identidades e valores” que correspondam com o “socialmente aceitável”, mesmo que aqueles não enxerguem as “limitações às quais estão impostos”. A dimensão individual do sujeito é esvaziada. Os corpos passam a ser cerceados e educados dentro de uma perspectiva na qual a expressão da sexualidade é encarada como um instinto a ser domado. No mesmo sentido, ao discorrer sobre

a relação existente entre sexualidade, gênero e surdez, Ribeiro (2011) assume, a sexualidade como algo relacionado ao sexo ou a genital, justificando, portanto, que na escola “não há um programa sistemático de educação sexual”.

A exemplo de Ribeiro (2011) e Paliarin (2015), Littig et al. (2012) também elegeram a instituição especializada como lócus de investigação. Segundo essas autoras, o mote da pesquisa centrou-se na análise das concepções de mães de sujeitos com deficiência intelectual frente à sexualidade de seus filhos, bem como investigou como aquelas concepções refletiam na adoção de práticas de educação sexual.

Como resultado, Littig et al. (2012) apontaram que o olhar infantilizante e discriminatório da família e da sociedade ressoa precisamente na maneira como aquelas mães percebem a sexualidade de seus filhos. Sendo assim, ficou latente que a “ideia de ausência de sexualidade” da pessoa com deficiência intelectual ainda permeia o imaginário dos sujeitos da pesquisa, ou seja, que a “superproteção” nega a possibilidade daqueles jovens desenvolverem “interesse e comportamentos sexuais”.

Em pesquisa realizada com pais de sujeitos que frequentam a APAE, Cadore & Krahll (2013) buscaram apreender como a sexualidade de adolescentes com deficiência mental reverbera no âmbito familiar. De acordo com as pesquisadoras, foi possível constatar que os entrevistados possuíam certa dificuldade em lidar com a sexualidade de seus filhos, seja pela falta de informação ou, até mesmo, por receio. Destacaram, também, que alguns pais não enxergavam o filho “como um ser sexual” capaz de sentir desejo e ter dúvidas quanto a sua própria sexualidade. As mães entrevistadas, geralmente, negavam a “expressão” do desejo do filho e o isolavam da sociedade, limitando-o apenas ao espaço especializado. O que preponderou foi uma visão do deficiente mental como um sujeito infantilizado e alheio ao seu corpo.

De um modo geral, Cadore & Krahll (2013) nos dizem que, assim como qualquer pessoa, a pessoa com deficiência mental tem o direito de “expressar sua sexualidade”. Entretanto, pontuam que, muitas vezes, tal expressão produz “certo grau de constrangimento social e familiar”. Igualmente, frisam que a repressão da sexualidade do deficiente mental só o torna mais agressivo. Como antídoto, propõem que a sexualidade desses sujeitos seja “bem encaminhada e orientada”, pois isso contribuirá para o seu “desenvolvimento afetivo”, além de proporcionar-lhe certa facilidade no relacionar-se com o outro, o que, certamente, adequá-lo-á à sociedade.

Para Vieira e Coelho (2014), a sexualidade é parte integrante dos seres humanos e está diretamente ligada à “formação de sua personalidade”, porém, como se concretiza nos

relacionamentos, traz consigo questões inerentes à “prevenção de doenças”, à “construção da autoimagem” e à “afetividade”. Sendo assim, visando compreender as concepções e vivências de sexualidade, Vieira e Coelho (2014) entrevistaram jovens com deficiência intelectual de uma instituição especializada. Conforme afirmam as autoras, os sujeitos da pesquisa mostraram-se vulneráveis e expostos a situações de risco no “âmbito biológico e psicossocial”. Além disso, a falta de informação acerca da temática sexualidade, assim defendem, coloca em evidência a “necessidade de intervenções sobre o tema e ampliação de ações no âmbito da Educação Sexual”. Igualmente, quanto reportam-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), reforçam que a educação sexual deveria ser “tema transversal” nos currículos escolares, já que sua negligência acarretaria a perpetuação dos preconceitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, bem como corroboraria o aumento do contágio de DSTs por aqueles indivíduos.

Sexualidade e deficiência: processos de educação ou de orientação sexual

Tendo como objetivo discutir a temática da sexualidade junto a jovens adultos com deficiência auditiva, Cursino et al. (2006) desenvolveram pesquisa na qual se tornou imprescindível identificar as necessidades de informações daqueles sujeitos quanto às questões ligadas à sexualidade. De acordo com as pesquisadoras, os resultados obtidos indicaram que a compreensão da sexualidade, descrita por aqueles jovens adultos, “ainda está impregnada de conceitos biologizantes, o que reduz possibilidades de uma vivência mais ampla com menos tabus e preconceitos”. Igualmente, percebeu-se que a sexualidade é concebida, pelos sujeitos da pesquisa, como ato sexual relacionado, muitas vezes, à prevenção de doenças ou a métodos contraceptivos (CURSINO et al., 2006, p.46).

Maia et al. (2015a) defendem que pessoas com deficiência física são “seres sexuais” que necessitam de esclarecimentos quanto a sua sexualidade. A partir dessa afirmativa, as autoras desenvolveram um programa de intervenção em educação sexual com o qual objetivaram, dentre outras coisas, “transmitir uma noção ampla e emancipatória de sexualidade” e promover discussão em torno da “crença social de que a deficiência é impeditiva para a sexualidade”.

Segundo Maia et al. (2015a), os diversos estudos, elaborados acerca da sexualidade da pessoa com deficiência, indicam alguns mitos que, ao perpetuarem concepções equivocadas, caracterizam a sexualidade daqueles sujeitos como desvantajosa. No mesmo sentido, defendem que o conceito de sexualidade, concebido sob a égide da desvantagem, passa a ser

cingido às “questões genitais e reprodutivas”, isto é, a sexualidade é resumida ao sexo, portanto, esvaziada de sua dimensão erótica e afetiva.

Em linhas mais gerais, Maia et al. (2015a) avigoram que a sexualidade é resultante de um fenômeno social e humano, fomentado por “atitudes, crenças, valores” e normas que, grosso modo, relacionam-se às “configurações culturais e históricas”. Argumentam, ainda, que “os sentimentos” e as “práticas sexuais reproduzem julgamentos sociais” que delimitam o normal do patológico, o apropriado do impróprio, o esperado do desviante.

Em sua pesquisa, ressaltando a importância da família no desenvolvimento da pessoa com deficiência mental frente ao processo de educação sexual, Amaral (2004) elaborou um Programa de Orientação Sexual no qual intentou apreender as variáveis que poderiam corroborar a mudanças no arcabouço “conceitual e de condutas dos pais de adolescentes e adultos com deficiência mental”. Como resultado, “ao menos em termos de relatos verbais”, conforme afirma a autora, o instrumento metodológico mostrou-se relevante ao sinalizar transformações nos repertórios dos sujeitos de sua pesquisa. Isso significa dizer que as mudanças observadas “foram de desfavoráveis para favoráveis” no que tange a aceção acerca do desenvolvimento de aspectos como desejos sexuais; integração social; autonomia e sexualidade daquelas pessoas com deficiência mental.

Percepções de sujeitos com deficiência sobre sua sexualidade

A ênfase dada à forma como o sujeito com deficiência percebe sua sexualidade esteve presente, como mote de discussão, em seis trabalhos, os quais se dedicaram a abordar a temática da deficiência e sexualidade sob a égide das relações interpessoais, institucionais, históricas e sociais. Destarte, a partir da metodologia etnográfica, Marcon (2012) impõe-se o desafio de compreender como a temática da sexualidade assume relevância nos “discursos de pessoas com deficiência” visual a partir de uma “retórica de direitos humanos e políticas de saúde”. Para tanto, a autora avoca autores como Foucault e Goffman para comporem sua argumentação, admitindo, portanto, que as noções de sexualidade e deficiência visual são “construções histórico-sociais”, que possuem caráter plural no contexto dos discursos que as definem. Nessa perspectiva, Marcon (2012) sinaliza que a “perda da visão aparece nos discursos dos interlocutores conformando a percepção de si no mundo” e que a sexualidade “é conformada por relações erigidas a partir daquela deficiência”.

A autora afirma, ainda, que os sujeitos da pesquisa apreendem, discursivamente, a deficiência por meio da “bricolagem” de dois modelos abstratos, o biomédico e o social.

Assim, o “corpo deficiente” é submetido à certa “normatividade biológica” e o “não ver”, como afirma Marcon (2012), passa a ser entendido como uma “experiência diferenciada”, o que implica na emergência de estereótipos que, por sua vez, influenciam a forma como as pessoas com deficiência visual se percebem e vivenciam a sexualidade.

Em linhas mais gerais, embora entenda que a sexualidade é parte integrante de um “dispositivo de controle e administração dos corpos”, bem como “formulada como instância que legitima a própria humanidade das pessoas com deficiência”, Marcon (2012) salienta a importância de enxergarmos as “potencialidades eróticas relacionadas à deficiência”, que, grosso modo, estão abocadas à “transgressão da norma corporal instituída a partir da construção biomédica do corpo”.

Distintamente de Marcon (2012), Luiz e Kubo (2007), objetivando apreender as “percepções de jovens com Síndrome de Down sobre relacionar-se amorosamente”, realizaram entrevistas individuais com duas mulheres e três homens entre 18 e 28 anos. Conforme os relatos, as pesquisadoras concluíram que as percepções daqueles jovens sobre relacionamento não diferem daquelas dos jovens sem Síndrome de Down. Tais percepções, afirmam Luiz e Kubo (2007), são desenvolvidas pelas “oportunidades de se comportarem efetivamente sob contingências que favoreçam comportamentos amorosos”, diferentemente de outros sujeitos com a mesma Síndrome – que, por não possuírem estrutura familiar, econômica e social “ideais” - são tolhidos de experienciarem sua sexualidade. Nesse sentido, as autoras concordam que o mito da sexualidade exacerbada, bem como o imperativo da “anormalidade”, “diminuiria a possibilidade desses jovens desenvolverem comportamentos de carinho, afeto, cuidado com o outro em um contexto de relacionamento amoroso” (LUIZ e KUBO, 2007, p. 119).

Tendo por objetivo investigar de que forma pessoas com cegueira congênita “percebem e expressam a sua sexualidade”, França (2013) desenvolveu pesquisa na qual a metodologia centrou-se na realização de entrevistas semiestruturadas e sessões de grupo focal. Conforme analisa a autora, evidenciou-se que as pessoas com cegueira apreendem a sexualidade como “algo importante, que envolve doação, intimidade” e “afirmação de gênero” (FRANÇA, 2013, p. 583). Entretanto, expôs que o preconceito e demais questões sociais se constituem como entraves à manifestação da sexualidade pela pessoa com deficiência. Sob a mesma perspectiva, Schwickert & Selau (2014) desenvolveram pesquisa na qual o objetivo foi conhecer os aspectos relativos à educação sexual que uma mulher com paralisia cerebral recebeu ao longo da trajetória escolar em classe regular, bem com suas considerações sobre sexualidade. Assim, baseado em um estudo de caso, ficou evidenciado que o sujeito da

pesquisa entende que a sexualidade “não é apenas sexo” e “faz parte de toda a vida”. Do mesmo modo, ao defender a educação sexual como pressuposto de inclusão, o estudo sustentou a ideia de que a sexualidade é “uma característica estritamente humana”, constituída por meio um dispositivo histórico e expressada através de signos, de símbolos e de desejo sexual.

Por meio da narrativa da história de vida de uma mulher adulta com deficiência intelectual, Dantas et al. (2013), intentaram analisar como o “processo de empoderamento e o exercício da autoadvocacia” corroboram o “reconhecimento da identidade de gênero e das questões de sexualidade” de pessoas com deficiência. Segundo as autoras, mesmo na fase adulta, as concepções acerca da pessoa com deficiência evidenciam que a sociedade as enxerga como “eternas crianças” – fato que implica em dependência familiar, na tutela de suas “escolhas pessoais” e na restrição de suas histórias de vida à “voz de autorização de seus responsáveis”.

No tocante ao escopo da pesquisa, Dantas et al. (2013) afirmam que a representação da mulher em nossa sociedade, marcadamente patriarcal, coloca a mulher deficiente em uma “situação de dupla desvantagem e vulnerabilidade” e que sua autonomia “esbarra em barreiras atitudinais e sociais subjetivas”. No mesmo sentido, essas autoras ressaltam a premência do processo de empoderamento da autoadvocacia na apreensão da identidade de gênero e dos direitos sexuais, entendidos como possibilidade fundante na construção do protagonismo na educação, no trabalho, na vida familiar, afetiva e sexual.

No tocante à sexualidade da pessoa com deficiência, Dantas et al. (2013) reiteram que aquela é uma invenção social, devendo ser compreendida por meio dos “processos inconscientes e culturais”, já que se relaciona à subjetivação e à expressão inerentes às palavras, às imagens, aos rituais e ao corpo de cada sujeito.

Denari (2010) defende que a pessoa com deficiência mental, assim como as demais, necessita expressar, de maneira particular, “os seus sentimentos, desejos” e “atração”. Ressalta, também, que a sexualidade se constitui ao longo da biografia dos sujeitos, na interação com o outro, e, por meio dos papéis sexuais, forja “uma identidade de gênero”. Desse modo, em pesquisa desenvolvida por intermédio de encontros formais com jovens com deficiência intelectual, Denari (2010) objetivou desvelar quais as percepções que aqueles sujeitos institucionalizados tinham sobre a “manifestação de sexualidade e do processo de adolecer”. Como resultado, a autora ajuizou que àqueles jovens faltam informações sobre “conhecimentos morfofisiológicos, psico-afetivos e cuidados preventivos” que, em confluência, contribuem para o “desenvolvimento de uma sexualidade saudável”.

Considerações finais

Dentre os aspectos mais relevantes, é importante destacar que muitos autores refutaram a aceção de que os deficientes são sujeitos assexuados ou hiperssexuados. A sexualidade foi apreendida, em alguns casos, como algo consciente e prazeroso que não se restringe à genitália e nem se reduz à nuances puramente biológicas. Noutros, a sexualidade passa a ser percebida como um fenômeno biopsicossocial que, culturalmente edificada ao longo da história, abarca as dimensões constitutivas de cada ser humano.

Diferentemente de tal aceção, a sexualidade também se situou na polarização entre o puro e o impuro; o certo e o errado, ou seja, passou a ser entendida como algo errante, passível de correção, podendo ser ensinada e moldada conforme as prerrogativas de cada instituição. Igualmente, ventilou-se que, quando bem encaminhada e orientada, a sexualidade ajuda o deficiente a adequar-se à sociedade, já que gestos como a masturbação podem ser controlados e, assim, alguns mitos dissipados.

Quanto ao sujeito, alguns pesquisadores defendam que aquele é uma produção historicamente elaborada. Em contrapartida, em um certo número de trabalhos, ficou evidenciado que das pessoas com deficiência foi subtraída a capacidade de percebe-se como um ser pleno; sua individualidade foi submetida a métodos de controle, restringindo a sua história de vida à “voz de autorização” do outro.

No tocante ao tipo de deficiência, sinaliza-se que a intelectual foi aquela que permeou um maior número de trabalhos. Dito isso, cabe-nos conjecturar acerca de tal predileção, ou seja, entende-se que há predominância do discurso no qual a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual é vista como patológica, devendo ser, portanto, tutelada e, consecutivamente, submetida à intervenção.

Em relação à educação ou à orientação sexual, foi destacada sua relevância no contexto familiar e escolar. Ambas também foram apresentadas como uma espécie de antídoto, por meio do qual a sexualidade do sujeito com deficiência seria bem encaminhada e orientada. Reforçaram, ainda, que a educação sexual deveria ser transversal aos currículos escolares, pois por meio dela seria possível dissipar a perpetuação dos preconceitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, além disso, implicaria em aumento das medidas de prevenção do contágio de DST/HIV/Aids e diminuição do risco de violência e abuso sexual daqueles indivíduos.

Referências

- AMARAL, M. C. **Sexualidade e deficiência mental: impacto de um programa de orientação para famílias**. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – UFSCar, São Carlos, 2004.
- BRASIL. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.
- CADORE, K.; KRAHL, S. Repercussões da sexualidade de adolescentes com deficiência mental no contexto familiar. **Perspectiva**, Erechim. v.37, n.140, p. 49-59, dez.,2013.
- CURSINO, H. M. et al. Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, jan./abr. 2006, v.12, n.1, p.29-48.
- DANTAS, T. C. et al. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. In: Reunião Anual da Anped, 36, 2013, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2013.
- DENARI, F. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. São Paulo, v. 5, n. 1, 2010.
- DENARI, F. E. Sexualidade & deficiência mental: reflexões sobre conceitos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.8, n.1, 2002.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Ago/2002.
- FERREIRA, S. L. Eu amo, tu amas, eles amam: a afetividade-sexualidade de jovens e adultos com deficiência mental. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: UEL, 2009.
- FRANÇA, D. N. O. Sexualidade da pessoa com cegueira: da percepção à expressão. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, out./dez., 2013, v. 19, n. 4, p. 583-596.
- LEBEDEFF, T. B. Surdez e sexualidade: uma discussão sobre a necessidade de empoderamento linguístico e acesso à informação. In: Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul, 8., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010.
- LITTIG ; P. M. C. B. et al. Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais . **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, 2012, v.18, Iss 3, p. 469-486.
- LUIZ , E. C.; KUBO, O. M. Percepções de jovens com síndrome de down sobre relacionar-se amorosamente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, mai./ago. 2007, v.13, n.2, p.219-238.
- MAIA, A. C. B. et al. Teacher opinions on sexuality and Sexual Education of students with intellectual disability. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 32(3), p. 427-435, jul. – set., 2015.

MAIA, A. C. B.; CAMOSSA, D. A. Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias. **Paideia**, v. 12, n. 24, p. 205-214, 2003.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, mai./ago., 2010, v.16, n.2, p.159-176.

MARCON, K. J. **A (des) construção da sexualidade de pessoas com deficiência visual**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIFESP, Guarulhos, 2012.

PALIARIN, F. **Sexualidade e deficiência: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – UNESP, São Paulo, 2015.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Educação sexual de pessoas com deficiência mental. **Rev. Edu. Esp.**: edição: 2007 - n° 30, Editorial.

SANTOS, M. W. B. **Sexualidade da pessoa com deficiência mental: entre discursos de verdade e a possibilidade de outras práticas de si**. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMS, Campo Grande, 2007.

SANTOS, M. W. B.; OSÓRIO, A. C. N. Saber e prática na constituição da sexualidade da pessoa com deficiência mental. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, jan./abr. 2010 v. 23, n. 36, p. 117-130.

SCHWICKERT, A.; SELAU, B. Subjetividade e sexualidade: um estudo de caso. **Thaumazein**, ano VII, n. 13, Santa Maria (Julho de 2014), pp. 176-186.

TEIXEIRA, R. C. C. **A concepção dos professores sobre a sexualidade do aluno nomeado como deficiente mental na escola inclusiva**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

VIEIRA, M. V.; COELHO, M. A. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 13, mai/ago. 2014.